



COMISSÃO COORDENADORA PERMANENTE
DOS SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES
DOS PROFISSIONAIS
DAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA

REGULAMENTO

OUTUBRO 2002

REGULAMENTO

Artigo 1º.

1. As organizações signatárias, Associação dos Profissionais da Guarda (APG/GNR); Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional (SNGCP); Associação Sócio Profissional da Polícia Marítima (ASPPM); Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SCIF/SEF) e Associação Sindical de Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) constituem a Comissão Coordenadora Permanente dos Sindicatos e Associações dos Profissionais das Forças e Serviços de Segurança, adiante designada por CCP.

2. A Sede da CCP, funciona nas Instalações das estruturas signatárias em rotatividade anual, conforme abaixo se indica:

2003 – ASPP/PSP

2004 – ASPPM

2005 – SNGCP

2006 – APG/GNR

2007 – SCIF/SEF

3. A localização da Sede pode ser alterada por decisão da maioria dos signatários.

Artigo 2º.

A CCP tem como objectivos:

1. Funcionar como um instrumento permanente de intervenção e de dinamização pela consecução e salvaguarda dos interesses e aspirações que em comum afectam ou dizem respeito aos agentes que pertencem a cada uma das instituições outorgantes;

2. Congregar esforços para equacionar posições e iniciativas que possam contribuir para melhorar a intervenção das várias organizações aqui representadas na defesa dos seus profissionais e instituições para uma verdadeira dignificação dos seus ^{Profissionais} agentes, pela desmilitarização total das funções de polícia e das Instituições, para que seja possível uma completa correspondência dos serviços aos legítimos anseios dos cidadãos e da democracia.

3. Estes objectivos são prosseguidos, sem prejuízo da autonomia de acção que assiste a cada organização representativa neste enquadramento.

Artigo 3º.

Para atingir os objectivos que a CCP se propõe, considera-se importante:

1. Publicar um Boletim de Informação (periódico) que trate de assuntos relevantes da actividade policial, da Justiça, do associativismo e sindicalismo em geral e das situações internas e aspirações que em comum afectam ou dizem respeito aos agentes e a cada uma das Instituições;

2. Organizar reuniões, mesas redondas, fóruns, debates, conferências e congressos;

3. Defender e apoiar por todos os meios ao seu dispor as organizações filiadas e delas receber o apoio e ajuda necessários ao seu normal funcionamento;

4. Intervir e defender junto das Instituições, do Governo e das entidades responsáveis pelas polícias, a desmilitarização, democratização e dignificação das estruturas policiais, o direito à informação, a existência e prática de códigos deontológicos, a formação profissional, à existência de horários de serviço, a direitos de cidadania, a códigos ético-jurídicos, ao respeito e integridade dos agentes de autoridade.

Artigo 4º.

A CCP desenvolve a sua acção com total independência em relação ao Governo e outros órgãos de poder constituídos, hierarquias, confissões religiosas, partidos políticos e quaisquer outros agrupamentos de natureza não sócio profissional ou sindical policial.

Artigo 5º.

São órgãos da Comissão Coordenadora Permanente:

- a) – O Congresso
- b) – O Secretariado
- c) – A Comissão Fiscalizadora

Artigo 6º.

O funcionamento de cada órgão da CCP, será objecto de regulamentação a aprovar pelo respectivo órgão, com observância dos princípios democráticos que orientam a vida interna da CCP, a saber:

- a) convocação atempada das reuniões, com conhecimento prévio da respectiva Ordem de Trabalhos;
- b) Fixação das reuniões ordinárias e possibilidade de convocação das reuniões extraordinárias sempre que necessário;
- c) Exigência de quorum para as reuniões;
- d) As deliberações serão tomadas por consenso;
- e) Elaboração das actas das reuniões dos respectivos órgãos;
- f) Responsabilidade colectiva e individual dos membros de qualquer dos órgãos para uma prática democrática de funcionamento

Artigo 7º.

1 – O Congresso é o órgão deliberativo máximo da Comissão e é composto pelas Direcções Nacionais das estruturas representativas que integram a CCP.

- a) O congresso reúne de forma ordinária de 3 em 3 anos;
- b) O congresso é convocado pela CCP;
- c) A requerimento de pelo menos 75% das associações/sindicatos filiados;
- d) As propostas das organizações filiadas (quanto aos temas a tratar) devem ser enviadas com 6 meses de antecedência á CCP e são levadas a congresso aquelas que reunirem consenso.

Artigo 8º.

A Mesa do Congresso é constituída pelo Secretariado e pelos Presidentes das respectivas organizações filiadas, e escolherá quem de entre os seus membros presidirá aos trabalhos.

Artigo 9º.

- 1 - O Secretariado prepara as reuniões periódicas e regulares;
- 2 - O Secretariado é composto por dois elementos de cada estrutura representativa;
- 3 - O Secretariado decide das funções dos seus membros;
- 4 - O Secretariado elegerá um coordenador;
- 5 - O Porta voz da CCP será nomeado pelo Secretariado.

Artigo 10º.

1. A Comissão Fiscalizadora é composta por um elemento de cada estrutura representativa.

2. São competências da Comissão Fiscalizadora:

- a) - Fiscalizar o cumprimento do regulamento de funcionamento da CCP nas matérias económicas e financeiras;
- b) - Dar parecer sobre o relatório anual de contas e orçamento, em função do plano de actividades.

Artigo 11º.

Constituem fundos da CCP:

- a) As contribuições das organizações filiadas, que serão calculadas por pernilagem em relação ao número de associados, não podendo esta ser inferior a 0,2% da quotização anual de cada associação/sindicato;
- b) As contribuições extraordinárias;
- c) As receitas provenientes da realização de quaisquer iniciativas destinadas á angariação de fundos.

Artigo 12º.

A admissão de novas organizações para integrar a CCP, será decidida em reunião do Secretariado convocada para esse efeito, que deverá votar favoravelmente por unanimidade.

Lisboa, 24 de outubro 2002